

## A SOCIOLOGIA NOS DISABILITY STUDIES<sup>1</sup>

FRANCO EZEQUIEL HARLOS<sup>2</sup>  
FÁTIMA ELISABETH DENARI<sup>3</sup>

Enfocando estudos desenvolvidos por pesquisadores vinculados aos Disability Studies, objetivamos sistematizar histórias e teorias associadas com a Sociologia da Deficiência e identificar vozes para repensar o significado da deficiência e as práticas da Educação Especial voltadas às pessoas em situação de deficiência. Para tanto, analisamos 48 obras compiladas da revista *Disability and Society* e da *Asociación Española de Sociología de la Discapacidad*. Estas obras foram submetidas à análise categorial. Identificamos as seguintes categorias: a deficiência nas Ciências da Saúde; histórias e teorias da Sociologia da Deficiência; e, modelos de compreensão da deficiência. Concluímos que a Sociologia da Deficiência pode fundamentar revisões do significado da Educação Especial e da deficiência.

**Palavras-Chave:** Sociologia da Deficiência, Estudos da Deficiência, histórias e teorias.

### Introdução

A expressão Disability Studies (doravante Estudos da Deficiência) refere-se a um campo interdisciplinar que fornece espaço para o desenvolvimento de mudanças paradigmáticas em relação aos fundamentos ontológicos e epistemológicos da deficiência, que se manifestam nas teorias, pesquisas, políticas e práticas relacionadas às pessoas em situação de deficiência (BARTON, 2009); refere-se, também, ao exame da deficiência como fenômeno cultural, político e social, em contraste com perspectivas médicas e terapêuticas e com foco em como a deficiência é definida, vivenciada e representada na sociedade (TAYLOR, *et al.* 2009).

Assim, pesquisadores vinculados a este campo trabalham para mostrar que as ideias hegemônicas em relação às pessoas em situação de deficiência e várias categorias de deficiência são historicamente, culturalmente, socialmente, politicamente e economicamente contingenciadas, mudam ao longo do tempo e variam em distintas culturas, regiões e classes sociais (BARNES, 2007).

Neste contexto, os Estudos da Deficiência examinam as ideias relacionadas à deficiência em diferentes culturas e momentos históricos, bem como analisam as políticas e práticas de distintas sociedades para entender o contexto social, ao invés de focarem nos determinantes corporais ou psicológicos da experiência da deficiência. Em suma, abordam a sociedade em que vivemos e não as lesões. Constituem um campo de estudo sobre a sociedade em que

---

<sup>1</sup> Recorte da dissertação intitulada “Sociologia da Deficiência: vozes por significados e práticas (mais) inclusivas” desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (PPGEEs/UFSCar).

<sup>2</sup> Doutorando pelo PPGEEs/UFSCar. Email: francoeh@yahoo.com.br. Telefone: (016) 82619759

<sup>3</sup> Orientadora. Professora do PPGEEs/UFSCar.

vivemos, e, dentro desta, das experiências dos deficientes, da forma de confrontar o trato que recebem e da discriminação que padecem em distintas sociedades (BARTON, 2009).

Com e por apresentarem estas características, os Estudos da Deficiência, têm mantido vínculos estreitos com as Ciências Sociais - Sociologia e “utilizado dos instrumentos de pesquisa associados a estas ciências, para compreender como é a vida das pessoas deficientes e buscar a voz dos deficientes e suas organizações” (BARTON, 2009: p.19).

Neste ínterim, sociólogos como Len Barton, Mike Oliver, Colin Barnes, Tom Shakespeare e Paul Abberley, adotaram teorias e recursos específicos da Sociologia para análise de fatores relacionados com a deficiência e, vez ou outra, versaram sobre uma Sociologia da Deficiência. Além disso, a partir dos Disability Studies, na Espanha, na *Asociación Española de Sociología de la Discapacidad*, estão sendo realizados os esforços mais sistemáticos para, constituir uma Sociologia da Deficiência.

Isto posto, apostamos na relevância desta face sociológica Estudos da deficiência para repensar os próprios significados da deficiência e práticas da Educação Especial – historicamente vinculada à educação de pessoas com deficiência. Assim, enfocando estudos desenvolvidos por pesquisadores vinculados aos Disability Studies, desenvolvemos pesquisa em que objetivamos sistematizar histórias e teorias associadas com a Sociologia da Deficiência e identificar vozes para repensar o significado da deficiência e as práticas da Educação Especial voltadas às pessoas em situação de deficiência. Tratamos de pesquisa bibliográfica e documental desenvolvida conforme método expresso no próximo tópico.

### **Método**

Inicialmente, utilizamos duas fontes para a compilação de materiais para a constituição do corpus bibliográfico da presente pesquisa, a saber: a revista *Disability and Society – D&S* e a base de dados da *Asociación Española de Sociología de la Discapacidad - ASESDIS*.

Para a seleção de publicações nestas fontes utilizamos os seguintes critérios: 1º. a publicação deveria versar sobre histórias e/ou teorias/interpretações relacionadas com a Sociologia da Deficiência. 2º. cada publicação compilada, em relação às obras já selecionadas, deveria apresentar um novo aspecto das histórias e/ou teorias/interpretações relacionadas com as análises sociológicas da deficiência; 3º. não preenchendo nenhum dos critérios anteriores, a publicação só poderia ser selecionada caso fosse frequentemente citada (nas obras já selecionadas) como “marco” histórico do processo de delimitação de uma

perspectiva sociológica de interpretação da deficiência e/ou como obra que estabelecia uma nova leitura sociológica em relação à deficiência.

No processo de seleção de artigos da revista D&S fomos confrontados com duas coletâneas de publicações da revista D&S, organizadas por Barton (1998a, 2008a). Segundo Barton (1998a, 2008a), editor da revista em questão, estas coletâneas buscam apresentar um panorama dos artigos que tiveram maior impacto nos estudos sociológicos da deficiência, publicados na revista em questão, bem como reúnem artigos que marcam, respectivamente, a primeira e a segunda década da revista. A partir das considerações de Barton (1998a, 2008a), da leitura dos 33 artigos que compõem estas coletâneas, de acordo com os critérios supracitados, selecionamos 14 destes artigos e entendemos que os mesmos seriam um ponto de partida mais adequado à compilação de materiais para nossa pesquisa, do que o uso de descritores para buscas na base da revista D&S.

Quanto às publicações da ASESDIS, fizemos leitura de todos os artigos que são disponibilizados em sua *homepage* e deles selecionamos 11 artigos que correspondiam aos critérios supracitados. Da leitura do material compilado da revista D&S e a partir das publicações da ASESDIS, selecionamos 23 publicações apontadas como partes fundamentais da história da Sociologia da Deficiência. Levantamos 10 destas últimas obras mencionadas por meio do banco de dados do *Centre of Disability Studies - CDS*, da Universidade de Leeds, e 13 de fontes diversas. Chegamos assim à compilação de 48 obras. O Quadro 02 retrata a totalidade de obras compiladas, por fonte, autor e ano de publicação.

**QUADRO 1:** Corpus bibliográfico estruturante

Fontes	Obras	Total
D&S	Abberley (1998); Barnes(1998); Barton(1998b); Oliver (1998); Peters(1998); Thomas (2004); Abberley (2008); Barnes(2008); Hanna e Rogovsky(2008); Hugues e Paterson(2008); Morris(2008); Oliver (2008b); Peters(2008); Shakespeare(1998) e Shakespeare(2008).	14
ASESDIS	ASESDIS (2002); López (2006); Palacios e Romañach (2006); Ferreira (2007); Ferreira (2008); Ferrante e Ferreira (2008); Palacios e Romañach (2008); Díaz(2009); Ferreira (2010); Ferrante e Ferreira (2010); Rodrigues e Ferreira (2010);	11
CDS	Hunt (1966); UPIAS (1976); Finkelstein (1980); Hunt (1981); Barnes (1991); Oliver(1994); Oliver (1996); Shakespeare e Watson (2002) e Barnes (2007); Pfeiffer (2002);	10
OUTROS	Goffman (1974, 1975); Parsons (2005); Foucault (2001, 2008) Garcia (2003); Barnes (2003); Osamu(2005); Barnes (2009); Barton(2009); Finkelstein (2007); Brogna(2009); Taylor et.al.(2009); DPI(2010)	13

Total:	48
--------	----

A análise de conteúdo foi empregada para análise destas obras compiladas, sendo compreendida como um conjunto de técnicas de análises das comunicações marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a todo o vasto campo das comunicações (BARDIN, 2008). A técnica de análise de conteúdo utilizada foi a análise categorial e as categorias identificadas a partir destas técnicas foram as seguintes: 1. Paradigma Médico de interpretação da deficiência; 2. Histórias associadas com a Sociologia da Deficiência; e, 3. Teorias da Sociologia da Deficiência.

Por fim, para tratamento e interpretação dos resultados, sistematizamos e comparamos o conteúdo das diferentes unidades destacando os elementos que permitem caracterizar a Sociologia da Deficiência e repensar significados e práticas associados com a Educação Especial e com as pessoas em situação de deficiência.

## RESULTADOS

### **Paradigma Médico de interpretação da deficiência**

Nesta unidade reunimos considerações sobre interpretações das Ciências da Saúde em relação à deficiência – que incitaram críticas e reinterpretções da deficiência pautadas na Sociologia e assim contribuíram para o desenvolvimento da Sociologia da Deficiência. Versamos também sobre um Modelo Individual e um Modelo Biopsicossocial de compreensão da deficiência, bem como, abordamos uma descrição breve do conteúdo da Classificação Internacional de Funcionalidade, Deficiência e Saúde - CIDID.

A partir de Oliver (1996), WHO (2001), López (2006), Barnes (2009), Díaz (2009), Ferreira (2010), Ferreira (2007, 2008, 2010), Ferrante (2007, 2008), Ferreira (2007, 2010) identificamos dois modelos de deficiência associados a Ciências da Saúde: o Modelo Individual e o Modelo Biopsicossocial.

Na lógica de raciocínio que sustenta o modelo individual, fundamentada especialmente na CIDID a deficiência interpretada como um problema individual que se origina de uma doença ou distúrbio, que se manifesta na perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica ou corporal e, por si só, provoca desvantagens sociais. A origem das desvantagens sociais estaria então, nas próprias pessoas em situação de deficiência, nas condições corporais e ou intelectuais que as tornariam inaptas para as atividades sociais.

Para Oliver (1996), no Modelo Individual de compreensão da deficiência, o problema implícito é a própria pessoa com deficiência, condição tal que se encontra em um esquema

Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência – SEDPCD/Diversitas/USP Legal – São Paulo, junho/2013

discursivo justificado pelas seguintes expressões: caso médico, sintomas, cura, amenização, profissionais da saúde, cuidados, não anda, não fala, não vê, não decide, instituições especiais, assistência social, emprego protegido, escolas especiais, transportes especiais, hospitais, assistentes sociais, entre outras. Para Oliver (1996), López (2006), Barnes (2009), Díaz (2009), Ferreira (2010), Ferreira (2007, 2008, 2010), Ferrante (2007, 2008), Ferreira (2007, 2010) e os outros sociólogos vinculados aos Estudos da Deficiência, a lógica que orienta Modelo Individual não deve ser aceita em uma perspectiva sociológica, justamente porque a mesma desconsidera os aspectos sociais produtores da deficiência.

Por sua vez, no modelo biopsicossocial de deficiência apresentado no documento *International Classification of Functioning, Disability and Health – ICF* a “deficiência é o desfecho ou o resultado de uma complexa relação entre o estado de saúde do indivíduo e fatores pessoais e, fatores externos que representam as circunstâncias em que o indivíduo vive” (WHO, 2001, p.17). Ou seja, na ICF, deficiência denota os aspectos negativos da interação entre os seguintes fatores: estado de saúde, fatores pessoais e externos.

Para Barnes (2009), que prefere denominar o modelo em questão como Modelo Inter-relacional, o problema deste modelo é justamente de que nela a deficiência segue sendo, mais do que um assunto político, um assunto da saúde. Esta interpretação de Barnes (2009) é semelhante aos dos demais autores citados neste tópico e foi constantemente criticada na história de construção desta face sociológica dos Estudos da Deficiência: as histórias associadas com a Sociologia da Deficiência são sintetizadas na unidade seguinte.

### **Histórias associadas com a Sociologia da Deficiência**

Nesta unidade reunimos aspectos históricos dos movimentos sociais das pessoas em situação de deficiência. No final dos anos sessenta, diversos países ocidentais viviam, simultaneamente, novos e fortes movimentos sociais. Estes movimentos reivindicavam os direitos de grupos específicos como negros, mulheres e índios e influenciavam-se mutuamente no sentido de que os avanços e conquistas de um deles impulsionavam a luta dos outros por conquistas similares ou por novas conquistas. Nesse período, a politização das pessoas em situação de deficiência e dos familiares das mesmas também se fazia sentir.

Em países da América Latina, da América do Norte, da África e da Europa, formavam-se movimentos sociais voltados para a reivindicação dos direitos das pessoas em situação de deficiência, os denominados *Disability Rights Movement*. Na Inglaterra, nascia o movimento denominado *Union of The Physically Impaired Against Segregation – UPIAS* e nos Estados Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência – SEDPCD/Diversitas/USP Legal – São Paulo, junho/2013

Unidos da América, *Independent Living Movement* – ILM, ambos organizados por pessoas em situação de deficiência (SHAKESPEARE, 2008).

Inicialmente o problema identificado por UPIAS e ILM foi a marginalização opressiva das pessoas em situação de deficiência e as origens destes problemas foram apontadas nas idéias e práticas dominantes, na estrutura social hegemônica, no Modelo Individual de deficiência e nas barreiras sociais, físicas, econômicas e atitudinais em relação a este coletivo.

Para combater estes problemas, os movimentos sociais em questão atacaram em três frentes: epistemológica, legislativa e organizativa. Em termos epistemológicos as respostas aos problemas sociais foram a criação de novos significados e modelos relacionados com a compreensão da deficiência e com os fatores que incapacitam pessoas que apresentam diferenças corporais ou intelectuais que convencionalmente são caracterizadas como deficiência (SHAKESPEARE, 2008)

Da UPIAS nascia uma interpretação sociológica da deficiência, denominada Modelo Social de compreensão da deficiência. Do ILM e do próprio Modelo Social, nascia um outro modelo baseado na defesa dos direitos civis e humanos das pessoas em situação de deficiência, um modelo denominado Modelo Baseado em Direitos.

Em termos legislativos, lutou-se pela promulgação de leis que impedissem ou combatessem os problemas enfrentados pelas pessoas em situação de deficiência. Leis estas marcadas pela tentativa de promover a inclusão das pessoas em situação de deficiência na sociedade, nas escolas, pela tentativa de operacionalizar vagas específicas para as pessoas em situação de deficiência (por exemplo, as leis de cotas) e de proibir atitudes discriminatórias e preconceituosas em relação ao coletivo em questão.

Por um lado, o avanço da organização destes dois movimentos (UPIAS e ILM) incitou uma quantidade crescente de pessoas em situação de deficiência a adotar uma identidade política compartilhada e, a partir desta identidade, muitas destas pessoas já não pediam mudanças, as exigiam e se dispunham a lutar por elas (SHAKESPEARE, 2008).

Por outro lado, “a auto-organização e ação direta desafiavam os estereótipos reinantes de impotência e coisificação” (SHAKESPEARE, 2008, p. 84) relacionados com as pessoas em situação de deficiência. Ao converterem os problemas que os assolavam em assuntos públicos, as pessoas em situação de deficiência vinculadas a estes movimentos afirmavam a validade e a importância de sua própria identidade e possibilitavam a (re)significação desta em diversos contextos (SHAKESPEARE, 2008).

Desde que estes dois movimentos sociais se “entrelaçaram” política e ideologicamente, especialmente com a fundação da *Disabled Peoples’ International-DPI*, novos significados se consolidam globalmente para aquilo que entendemos como deficiência e novos campos do saber se estruturam para aprimorar estas interpretações.

Assim, estes dois movimentos foram fundamentais para a constituição de uma multifacetada expressão sociológica dos Estudos da Deficiência. A partir deles teorias sociológicas sobre a deficiência foram constituídos e/ou re-interpretadas, constituindo uma sociologia específica denominada Sociologia da Deficiência.

### **Teorias da Sociologia da Deficiência**

Nesta unidade reunimos informações sobre algumas obras que permitem vislumbrar as distintas perspectivas teóricas e analíticas adotadas nos estudos relacionados com a Sociologia da Deficiência, bem como descrevemos análises de clássicos da Sociologia que tem especial impacto nos estudos sociológicos da deficiência.

Destacamos que as interpretações sociológicas da deficiência dialogam com estudos sobre doenças, estigmas, a anormalidade, a exploração, o racismo e as questões de gênero e, por vezes, apresentam interpretações da deficiência com cisões similares às demarcadas entre sexo (características anatômicas e hormonais de uma pessoa) e gênero (expressão culturalmente apropriada de masculinidade e feminilidade), raça (marcas físicas, corporais) e etnicidade (marcas culturais).

Vislumbramos então que, no que se refere às interpretações sociológicas que precederam a Sociologia da Deficiência e foram importantes para a constituição desta, as interpretações de Parsons (2005), Goffman (1974, 1975) e Foucault (2001, 2008) tiveram um papel especial e estão dentre as primeiras vozes que, direta ou indiretamente, subsidiaram análises sociológicas da deficiência.

As interpretações de Parsons (2005) apresentaram os primeiros indícios das relações de poder que permeiam as interações entre médicos e doentes e/ou deficientes; e, constituem reflexões sobre como os papéis sociais atribuídos para os doentes tem um tom de submissão, de necessária aceitação dos ditames da medicina. Como destacamos, estas reflexões parsonianas podem instrumentalizar reflexões sobre, por exemplo, os papéis sociais de educador especializado e “aluno especial” com deficiência e/ou sobre as relações de poder que se manifestam na interação entre pessoas com estes distintos papéis sociais.

Com Goffman (1974, 1975), dentre outros elementos, foram desvelados o papel dos estigmas, das marcas que sendo socialmente registradas em alguns corpos, alteram as relações sociais que se estabelecem com os estigmatizados. E, também foram discutidas as funções das instituições totais, que tantas vezes se fazem vivas em ambientes organizados para a educação e/ou reabilitação de pessoas em situação de deficiência. Assim, as análises de Goffman (1974, 1975) e os conceitos que ele constituiu são ferramentas analíticas importantes para que sejam (re) pensadas, tanto as relações entre pessoas em situação de deficiência e as demais pessoas, quanto próprio significado da deficiência.

Por sua vez, as interpretações de Foucault (2001, 2008), ao produzirem uma reconstrução genealógica do conceito de “anormal”, uma genealogia da anomalia e do indivíduo anormal, dos dispositivos que servem à definição do mesmo e das tecnologias de poder que lhe correspondem, descortinaram processos que estão na gênese da anormalidade e da própria constituição da categoria deficiente; bem como, permitiram a fundação de novos olhares sobre as relações de poder-saber que incidem sobre pessoas em situação de deficiência no cotidiano das práticas escolares e médicas voltadas a este coletivo. Por essas características as análises foucaultianas são um referencial indispensável para (re)pensarmos como certas práticas e discursos levam a deficiência para o território da anormalidade e/ou fundam mecanismos disciplinares com forte incidência negativa para o coletivo em questão.

Quanto aos pesquisadores vinculados com Estudos da Deficiência e com a UPIAS e o ILM, observamos que a partir de Hunt (1966, 1981), foram cimentados os pilares basilares para a negação de um discurso trágico sobre deficiência e para a percepção da importância de que as pessoas em situação de deficiência sejam partícipes ativos das pesquisas, políticas e/ou quaisquer outras propostas que sobre elas versem. Estes pilares, até hoje são bases fundamentais dos princípios do ILM, e, portanto, ainda são recursos importantes para confronto às propostas que retiram das pessoas em situação de deficiência o direito de independência e participação social.

Com Finkelstein (1980), Oliver (1990) e outros olhares marxistas, dentre outros aspectos, os estudos em questão desvelaram que as pessoas em situação de deficiência também vivem os ditames do capitalismo e, quando integrantes das classes menos favorecidas, experimentam a condição específica de terem sua pobreza aumentada por só terem o trabalho para vender e não poderem vendê-lo por que desacreditados de suas possibilidades ou porque efetivamente incapazes de trabalharem da mesma maneira que os



demais membros da sociedade. Em nossa compreensão, estas referenciais marxistas são significativas vozes para a análise das possibilidades da Inclusão Escolar de pessoas em situação de deficiência e os nuances específicos desta inclusão na sociedade capitalista; bem como, para entendermos como questões profissionais e econômicas estão atreladas à produção da deficiência na atualidade.

Os estudos de Abberley (1998, 2008) e Barnes (1991,1998) ao mesmo tempo que aproximaram a experiência de opressão por deficiência com as experiências de outros coletivos oprimidos, indicaram especificidades desta experiência e elaboraram novos instrumentos teórico-analíticos de reflexão sociológica sobre deficiência, como o conceito de deficientismo e os estudos sobre a discriminação institucionalizada contra pessoas em situação de deficiência. Além disso, incitaram novas reflexões sobre a cultura da deficiência, como elemento importante na caracterização do coletivo em questão.

Assim, seja apresentando novos conceitos e/ou subsidiando reflexões sobre uma possível cultura da deficiência, Abberley (1998, 2008) e Barnes (1991,1998), ampliam o leque de possibilidades analíticas da deficiência produzindo instrumentos teóricos e discursivos que, na Educação Especial, podem ser fundamentais para se pensar elementos que vão das práticas de discriminação institucionalizada, às manifestações culturais do grupo de pessoas em situação de deficiência.

Com os estudos feministas, como o de Morris (1998) e Hanna e Rogovski (2008), foram desveladas não só as implicações das relações entre gênero, deficiência e outras variáveis de desigualdade (raça, orientação sexual ou idade), como a importância do cuidado, das cuidadoras e da percepção da interdependência entre os seres humanos, na constituição dos direitos das pessoas em situação de deficiência. Na Educação Especial, estas idéias são recursos cruciais para instrumentalizar um (re)pensar das relações entre cuidado e educação e as interdependências entre educador e educando.

Shakespeare e Watson (2002) e Hugues e Paterson (2008) evidenciaram a problemática da distinção entre lesão e deficiência, existente no Modelo Social e em grande parte dos estudos da Sociologia da Deficiência, bem como apontaram a unicidade destes dois fenômenos. Com estas análises, forneceram ferramentas para que a deficiência seja compreendida em sua integralidade: ou seja, para que sejam reduzidas as subdivisões disciplinares que transformam a experiência da deficiência em uma série de elementos administráveis por distintas áreas do conhecimento.

Além disso, tiveram um papel importante na constituição de novos estudos sobre o corpo com lesões, como os estudos de Ferrante e Ferreira (2008, 2010), Ferreira (2008, 2010), Rodriguez e Ferreira (2010), que reforçam a atenção à dimensão corpóreo-social da deficiência - dimensão esta que embora a Educação Especial não negligencie, muitas vezes analisa apenas do ponto de vista biofisiológico, desconsiderando a construção social do corpo.

Todo esse processo levou a constituição de novos modelos de compreensão da deficiência como o modelo da diversidade funcional, que posiciona deficiência como uma das manifestações da diversidade humana. Palacios e Románach (2006, 2008), os criadores deste modelo, também pontuam que é imprescindível que se acabem com os paradoxos terminológicos presentes em expressões como eficiência, deficiência, e que sejam criados termos que denotem uma identidade não negativa para o coletivo em questão, tais como: pessoas com diversidade funcional, diversidade funcional auditiva, diversidade funcional intelectual, diversidade funcional intelectual, mulheres e homens com diversidade funcional.

Estes modelos são, por si só, novas vozes que podem instrumentalizar propostas que vão de políticas públicas a práticas educacionais voltadas para o coletivo em questão, fundamentando ações mais adequadas para que os direitos humanos das pessoas em situação de deficiência sejam respeitados.

Neste contexto, novas palavras ou expressões como pessoas com diversidade funcional e deficientismo, são verdadeiros instrumentos constituídos para análise do significado deficiência e/ou das políticas voltadas para as pessoas em situação de deficiência. Aliás, mesmo que estas expressões sejam consideradas inadequadas, o simples debate sobre elas põe em cena inúmeros aspectos da deficiência não vislumbrados no Paradigma Médico, como a relação intrínseca entre deficiência e as outras faces da diversidade humana.

Estes modelos também indicam que a Sociologia da Deficiência se desenvolveu em constante diálogo com as tentativas de reinterpretação da deficiência; e, que esta sociologia específica tem se constituído terreno fértil para a formação de significados para a deficiência. Aliás, em todo o compendio de teorias sistematizadas observamos o tom crítico e ativista das discussões promovidas pelo ILM e pela UPIAS e percebemos que o corpus teórico associado Sociologia da Deficiência questiona os significados atribuídos à deficiência.

Desta forma, entendemos que a Sociologia da Deficiência é composta por um arranjo de distintas análises, que renovam e adaptam teorias para formularem explicações sobre aspectos sociais relacionados com as pessoas em situação de deficiência; e, por um conjunto

de interpretações da deficiência em diversas perspectivas de análise sociológica, que explicitam que a deficiência não pode ser considerada apenas um problema médico que afeta uma minoria da população, mas deve ser entendida como “uma questão central para integrar o discurso sociológico e análise de outras categorias sociológicas como classe, raça, gênero e sexualidade” (BARNES e OLIVER, 1991, p.2).

Concordamos então com Barton (1998b) quando este nos ensina que a Sociologia da Deficiência implica em análises de questões de poder e justiça social, da cidadania e dos direitos humanos, bem como implica na formulação de perguntas fundamentais sobre as condições e as relações estruturais que estabelecem e legitimam a criação de barreiras sociais que se interpõe entre pessoas em situação de deficiência e a sociedade como um todo.

Como Barton (1998b, p.23), perante as histórias e teorias associadas com a Sociologia da Deficiência, também observamos que “o estudo sociológico da deficiência tem contribuído para desenvolver um corpo de conhecimentos e reflexões cada vez maior” que inclui:

- a geração de uma teoria social da deficiência e a construção social de categorias e das formas que estas categorias adquirem devido às influências econômicas e políticas;
- a revisão de ideologias e práticas profissionais, em relação a como apoiar os interesses e elaborar as definições das necessidades das pessoas em situação de deficiência;
- a construção e análise de políticas e, por exemplo, a verificação de até que ponto as mesmas servem aos interesses daqueles que elas afirmam beneficiar;
- o desenvolvimento de formas instrumentais de metodologia e de prática de pesquisa e o exame dos movimentos das pessoas com deficiência, entendendo-os como movimentos sociais para a mudança (BARTON, 1998b).

Assim, temos que as análises que constituem a Sociologia da Deficiência buscam confrontar e desvelar os processos sociais por meio dos quais as pessoas em situação de deficiência são estigmatizadas, oprimidas, segregadas e até impedidas de viver. Aliás, demonstramos que tanto as condições materiais e culturais como as representações sociais e a especificidade das experiências individuais que interferem nestes processos relacionados com a Sociologia da Deficiência, compõem a agenda de pesquisa desta sociologia específica.

Em suma, embora versamos sobre um campo em que a diversidade de perspectivas de análise tece um cenário onde unilinearidade parece não ter lugar, compreendemos que, são elementos caracterizantes/constituintes da Sociologia da Deficiência:

1. A compreensão de que a deficiência é socialmente construída, estruturada a partir de fatores/valores econômicos, políticos, culturais e ambientais; uma postura crítica em relação às definições e categorias de deficiência criadas no âmbito das Ciências da Saúde.

2. A interpretação de que as pessoas em situação de deficiência são as maiores especialistas em suas próprias vidas, e que assim, é a “voz” e as vivências das próprias pessoas em situação de deficiência que devem ser o norte primeiro para construção de saber a respeito deste coletivo.

3. A aposta na reconfiguração do perfil das pesquisas sobre deficiência, com abordagens em que a voz do coletivo de pessoas em situação de deficiência aporte como dado principal e, em que os interesses e anseios destas pessoas estejam acima dos interesses acadêmicos relacionados com um dado campo do saber ou pesquisador.

4. A análise das relações entre a pobreza e a etiologia da deficiência e de muitas lesões; das relações entre as condições econômicas da pessoa em situação de deficiência e o acesso a serviços adequados às demandas deste coletivo; e, das relações entre o modo de produção capitalista e a construção da categoria deficiente.

5. A busca de compreensão/fundamentação das demandas pelo reconhecimento da existência de uma cultura da deficiência e de manifestações culturais de pessoas integrantes do coletivo em questão, bem como o desvelamento do deficientismo e dos processos de discriminação institucional contra pessoas em situação de deficiência.

6. A percepção de que algumas pessoas não vão conseguir fazer parte do sistema social e a completa independência mesmo que todas as barreiras sejam eliminadas e todos os atos inclusivos sejam efetuados e, a subsequente interpretação da interdependência entre os que estão em situação de deficiência e as pessoas que não estão em tal situação.

7. A composição de um âmbito de estudo direcionado, primordialmente, à definição de deficiência e aos aspectos microssociais, mesosociais e/ou macrossociais, dos processos sociais que interatuam na geração de significados e possibilidades ou obstáculos para o coletivo de pessoas em situação de deficiência.

8. Uma perspectiva política de defesa dos direitos do coletivo de pessoas que, nesta pesquisa, convencionamos denominar pessoas em situação de deficiência.

Com estes elementos caracterizantes e constituintes, porque não pode ser explicada do mesmo marco interpretativo, entendemos que a Sociologia da Deficiência constitui âmbito de estudo complementar, mas independente de outros campos de saber, como a Educação

Especial, a Psicologia e a Medicina; e, entendemos que “o tema mais importante da Sociologia da Deficiência é conceitual” (ABBERLEY, 1998, p.76), pois a mesma estrutura um novo caminho possível para interpretação da deficiência. Denominamos este caminho como Paradigma Sociológico de Interpretação da Deficiência.

### **Considerações finais**

Seja com as teorias antecedentes ou constituintes da Sociologia da Deficiência ou com a identificação/caracterização dos elementos constituintes deste campo, confirmamos que a sociologia específica em questão apresenta um arcabouço teórico-conceitual-discursivo fundamental para que a deficiência possa ser pensada por novas óticas; para que educadores especiais e pesquisadores da Educação Especial ampliem seus instrumentos teóricos e analíticos, no sentido de fundamentar as transformações que estão em curso em suas práticas – rumo à consolidação das perspectivas da Inclusão Escolar; e, para a consumação de giro lingüístico e normativo nos diferentes campos do conhecimento científico e simbólico que definem a deficiência.

### **REFERÊNCIAS**

- ABBERLEY, P. **El concepto de opresión y el desarrollo de una teoría social de la discapacidad.** In: BARTON, L. (Org.) *Superar las barreras de a Discapacidad: 18 años de "Disability and Society"*. Espanha: Morata, 2008, p. 34-50.
- ABBERLEY, P. **Trabalho, Utopía e insuficiência.** In: BARTON, L. (Org.). *Discapacidad y Sociedad*. Espanha: Morata, 1998, p. 81-97.
- ASESDIS. **Estatuto.** Espanha: ASESDIS, 2002.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** 5º ed. Lisboa, Pt: Edições70, 2008.
- BARNES, C. *Disabled People in Britain and Discrimination: A Case for Anti-Discrimination Legislation.* Canada: Organizations of Disabled People, 1991.
- BARNES, C. **Las teorías de la discapacidad y los orígenes de la opresión de las personas discapacitadas en la sociedad occidental.** In: BARTON, L. (Org.). *Discapacidad y Sociedad*. Espanha: Morata, 1998, p. 60-80.
- BARNES, C. *Disability Studies: What's the Point?* **Intersticios: Revista Sociológica de Pensamiento Crítico**, v.1, n.1, p. 50-57, 2007.
- BARNES, C. **La diferencia producida en una década. Reflexiones sobre la investigación "emancipadora" en discapacidad.** In: BARTON, L. (Org.). *Superar las barreras de a Discapacidad: 18 años de "Disability and Society"*. Espanha: Morata, 2008, p. 381-397.
- BARTON, L. **Sociologia y discapacidad: algunos temas nuevos.** In: BARTON, L. (Org.). *Discapacidad y Sociedad*. Espanha: Morata, 1998b, p. 19-33.
- BROGNA, P. **Las representaciones de la Discapacidad:** la vigencia del passado en las estructuras sociales presentes. BROGNA, P. *Visiones e revisions de la discapacidad.* *Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência – SEDPCD/Diversitas/USP Legal – São Paulo, junho/2013*

México: FCE, 2009, p. 157-187.

DÍAZ, E.V. Reflexiones Epistemológicas para una Sociología de la Discapacidad. Intersticios: **Revista Sociológica de Pensamiento Crítico**. Vol.3 (2) 2009, p.85-99.

DPI. **The Goals of DPI**. Disabled People's International, 2010.

FERRANTE, C; FERREIRA, M.A.V. Cuerpo y habitus: el marco estructural de la experiencia de la discapacidad. **Revista Argentina de Sociología** (2007)

FERRANTE, C; FERREIRA, M.A.V. Cuerpo, discapacidad y trayectorias sociales: dos estudios de caso comparados. **Revista de Antropología Experimental**, v. 29, n° 8, pp. 403-428, 2008b.

FERRANTE, C; FERREIRA, M.A.V. El habitus de la discapacidad: la experiencia corporal de la dominación en un contexto económico periférico. **Política y sociedad**, v 47, n° 1, p. 85-104, 2010 .

FERREIRA, M.A.V. De la minus-valía a la diversidad funcional: un nuevo marco teórico-metodológico. **Política e Sociedad. Por una Sociología de la Discapacidad**. v.47, n.1, p.45-65, 2010.

FERREIRA, M.A.V. **Sociología de la discapacidad**: investigación y compromiso III Congreso Nacional Universidad y Discapacidad, Zaragoza, 24-26 octubre 2007.

FERREIRA, M.A.V. **Una aproximación sociológica a la discapacidad desde el modelo social**: apuntes caracteriológicos". *Revista Española de Investigaciones Sociológicas (Reis)* n.º 124, pp. 141-174, 2008.

FERREIRA, M. **Sociología, Discapacidad y Diversidad Funcional**: um mundo diverso pero excluyente. JORNADAS DE SOCIOLOGÍA: "Sociología y tecnología ¿qué futuro nos espera?" Asociación Madrileña de Sociología, Alcalá de Henares, 20-21 noviembre 2008.

FERREIRA, M.A.V.; RODRIGUEZ, M.J.C. Sociología de la discapacidad. **Nómadas Revista Crítica de Ciencias Sociales e Jurídicas** v.13, n°1, 2006.

FINKELSTEIN, V. The Social Model Of Disability Repossessed. In **Coalition: the Magazine of the Greater Coalition of Disabled People**, Manchester: The Greater Manchester Coalition of Disabled People, Fevereiro, p.10-16, 2007.

FINKELSTEIN, V. **Attitudes and Disabled People**: Issues for Discussion. Inglaterra: World Rehabilitation Fund, 1980.

FOUCAULT, M. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 35.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

HUGHES, B.; PATERSON, k. **El modelo social de discapacidad y la desaparición del cuerpo: Hacia una sociología del impedimento**. In: BARTON, L. (Org.). *Superar las barreras de la Discapacidad*. Espanha: Morata, 2008, 107-123.

HUNT, P. **Settling Accounts With The Parasite People**. In: *Disability Challenge 1*. London: UPIAS, 1981, p. 37-50.

HUNT. P. (Org.). **Stigma**: The Experience of Disability. London: Geoffrey, 1966.

LÓPEZ, M.G. Modelos teóricos e investigación en el ámbito de la discapacidad. *Hacia Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência – SEDPcD/Diversitas/USP Legal – São Paulo, junho/2013*

- la incorporación de la experiencia personal. v. 31, nº. 16, 2006 , p. 215-240.
- MORRIS, J. **Lo personal y lo político. Una perspectiva feminista sobre la investigación de la discapacidad física.** In: BARTON, L. (Org.). Superar las barreras de a Discapacidad; Espanha: Morata, 2008, p. 315-326.
- OLIVEIRA, M. A. de; GOULART, E.; FERNANDES, J. M. Pessoas com deficiência no mercado de trabalho: considerações sobre políticas públicas nos Estados Unidos, União Europeia e Brasil. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 15, n. 2, ago. 2009 .
- OLIVER, M. **Understanding disability: From theory to practice.** New York: St. Martin's Press, 1996, p.30-42.
- OLIVER, M. **¿Están cambiando las relaciones sociales de la producción investigadora?** In: BARTON, L. (Org.). Superar las barreras de a Discapacidad: 18 años de "Disability and Society". Espanha: Morata, 2008b, p. 299-314.
- OLIVER, M. **¿Una sociología de la discapacidad o una sociología discapacitada?** In: BARTON, L. (Org.). Discapacidad y Sociedad. Espanha: Moratas, 1998, p. 34-59.
- OLIVER, M. **Capitalism, Disability and Ideology: A Materialist Critique of the Normalization Principle.**1994.
- OLIVER, M. **Emancipatory Research: a Vehicle for Social Transformation or Policy Development.** Annual Disability Research Seminar, NDA-CDS: 2002.
- PALACIOS, A., ROMANACH, J. **El modelo de la diversidad. La Bioética y los Derechos Humanos como herramientas para alcanzar la plena dignidad en la diversidad funcional.** Espanha: Ediciones Diversitas, 2006.
- PALACIOS, A.; ROMANACH, J.El modelo de la diversidad. **Interstícios**, v.2, nº2 p.37-47, 2008.
- PARSONS, T. Social Structure and Dynamic Process: The Case of Modern Medical Practice. In: PARSONS, T. **The Social System.** 3º Ed. Londres: Taylor, 2005.
- SHAKESPEARE, T. **Defending the Social Model.** Disability & Society, v. 12, nº2, p. 293-300, 1997.
- SHAKESPEARE, T. **La autoorganización de las personas con discapacidad: ¿un nuevo movimiento social?** In: BARTON, L. (Org.). Superar las barreras de a Discapacidad: 18 años de "Disability and Society". Espanha: Morata, 2008, p.68-85.
- TAYLOR, S. **Academic Programs in Disability Studies.** Center on Human Policy. New York: Syracuse, 2006. University.
- THOMAS, C. How is disability understood? An examination of sociological approaches. Disability & Society, v. 19, n. 6, 569-583, 2004.
- THOMAS, C. **Sociologies of Disability and Illness: Contested Ideas in Disability Studies and Medical Sociology.** Hampshire: Palgrave Macmillan, 2007.
- UPIAS. **The Union of the Physically Impaired Against Segregation and The Disability Alliance discuss Fundamental Principles of Disability.** Londres: UPIAS, 1976.
- WHO. **International Classification of Functioning, Disability and Health.** Geneva: World Health Organization, 2001.